

COMISSÕES:

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL E
FINANÇAS E ORÇAMENTO.

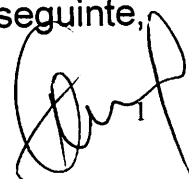
PROJETO DE LEI Nº 020/2016 DE AUTORIA
PODER EXECUTIVO

OBJETO: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 550.000,00,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PARECER:

APROVADO	
<input type="checkbox"/> 1ª. Discussão	— / — / —
<input type="checkbox"/> 2ª. Discussão	— / — / —
<input checked="" type="checkbox"/> Discussão única	27/06/2016
8x0 votes	
Presidente	

1. Quanto à legalidade e constitucionalidade, as Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamento, reunidas com seus pares, após análise da citada matéria, resolvem emitir **PARECER FAVORÁVEL** à tramitação do **Projeto de Lei nº 020/2016**, uma vez que o Projeto em análise, no trato exclusivo da legalidade, encontra-se em consonância com os dispositivos legais e se trata de objeto lícito e possível, eis que atende ao disposto nos artigos 42 e 43 da Lei nº 4320/64 que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, sendo, por conseguinte,



constitucional e legal e, ainda, por não haver óbice financeiro, conforme manifestação da Assessoria Jurídica.

2. Quanto ao mérito, observa-se que o presente Projeto de Lei, consoante consta na Mensagem Legislativa nº 022/2016 que encaminhou projeto, tem por escopo a abertura de crédito adicional suplementar com fins de reforçar dotações orçamentárias voltadas ao suporte de despesas com pessoal, de forma específica, os lotados na Secretaria Municipal de Educação que atendem a manutenção e desenvolvimento do ensino FUNDEB 40%.

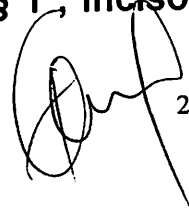
3. Portanto, quanto ao mérito, após análise detida, as Comissões resolvem emitir **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei nº 020/2016.

Entretanto, no mérito, em análise substancial da matéria apresentam **EMENDA MODIFICATIVA** no seguinte teor:

I) EMENDA MODIFICATIVA:

a) O caput do artigo 2º, do projeto, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial, com remanejamento e transposição na forma do art. 43, § 1º, inciso



2


III, da Lei Federal nº 4.320/64, das seguintes dotações orçamentárias:”

Sala das Comissões, em 27 de junho de 2016.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO FINAL



LEANDRO MARTINS DOS SANTOS –
Presidente


MARCELO MARTINEZ ACOSTA - Vice-
Presidente


VANDERLEI BAIOTO – Membro

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO:


MARCELO MARTINEZ ACOSTA - Presidente


MILTON SOARES - Vice-Presidente


SEBASTIÃO PEDRO DA VITÓRIA – Membro